

Acordo deixa sistema de saúde quase inalterado

BRASÍLIA — Apesar da criação do Sistema Único de Saúde, que envolverá as ações e serviços públicos, com participação complementar da iniciativa privada, não haverá alteração substancial no sistema de saúde do País — que deverá ser votado hoje pela Constituinte, pois ontem não houve quorum —, se forem mantidos os termos do acordo iniciado ontem entre o Centrão e a liderança do PMDB.

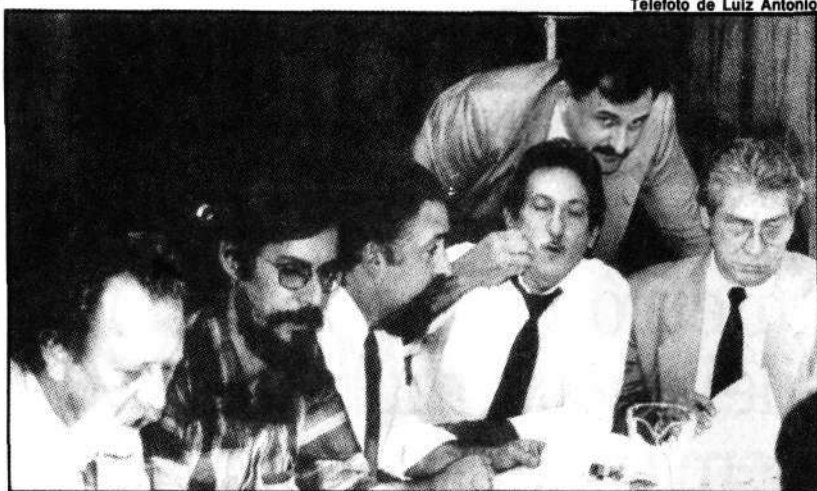
Os entendimentos finais ocorrerão hoje, quando será definida a participação do poder público na execução dos serviços de saúde, mas os setores de esquerda — apoiados pela corrente sanitária — admitem que os representantes da iniciativa privada garantiram importantes vitórias, porque ficarão livres de um controle mais rigoroso por parte do Estado.

Também ficaram abertas mais duas questões polêmicas na área de saúde: a proibição da comercialização de sangue e a inclusão da saúde ocupacional no Sistema Único de Saúde. No primeiro caso, o Centrão critica a proibição total, alegando que isto significaria a estatização do setor. O Centrão também defende a permanência da saúde ocupacional (lidada a segurança do trabalho) no Ministério do Trabalho.

As negociações de ontem consolidaram a posição dos “moderados” da Constituinte. Pelo projeto aprovado na Comissão de Sistematização, o Sistema Único incluiria os hospitais da iniciativa privada. Os setores de esquerda recuaram e aceitaram que apenas os serviços públicos fossem incluídos no Sistema Único. Para compensar, exigiram que ficasse caracterizado, em outro artigo, que as ações e serviços de saúde são de “natureza pública”.

O representante da liderança do PMDB nas negociações, Senador Almir Gabriel (PA), admitiu a substituição do termo “natureza pública” por “relevância pública”. Em troca, garantiu que é tarefa do Estado executar e promover a execução das ações de saúde — atividade contestada pela iniciativa privada.

A esquerda não gostou dos termos do acordo firmado quinta-feira com os Deputados Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e Jofran Frejat (PMDB-DF) e o Senador Konder Reis (PDS-SC), representantes dos “moderados”. Ontem, ficaram surpresos quando os três foram substituídos por José Lins (PFL-CE) e José Bonifácio (PDS-MG), sob a alegação de que os negociadores das últimas semanas representavam uma corrente independente.



Telefoto de Luiz Antonio

Gabriel, Jobim e Covas, à direita, com representantes do setor de saúde

Faltas impedem votação

Ulysses pede às lideranças um 'derradeiro esforço' para obter quorum no plenário

BRASÍLIA — Um total de 288 Constituintes faltou à sessão de ontem, não dando quorum para que o plenário iniciasse a votação do Título sobre a Ordem Social. O Presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, fez um apelo às lideranças para que realizem um “derradeiro esforço” em busca de acordo sobre a matéria, para que ela possa começar a ser votada hoje.

— A Mesa lamenta informar que, apesar dos esforços, o quorum não foi atingido — disse ele.

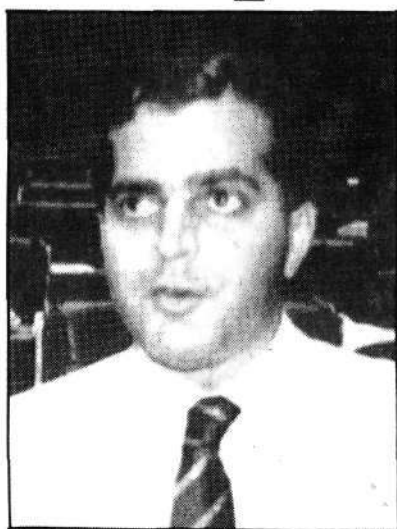
O esforço, no caso, tinha sido do próprio Deputado, que aguardou durante 20 minutos que os Constituintes chegassem para votar, marcando suas presenças. Normalmente, os parlamentares chegam em massa ao plenário somente depois que Ulysses assume a Presidência da sessão. Ontem, seus seguidos apelos pelo microfone, para que os Constituintes se dirigissem ao plenário, não surtiram efeito: apenas 271 registraram presença, marcando vagorosamente seus códigos no sistema eletrônico de votação.



Centrão estuda supressão do direito amplo de greve

BRASÍLIA — O acordo que propiciou, na Constituinte, a garantia do direito de greve aos trabalhadores do setor privado e o ampliou aos servidores públicos poderá ser abandonado no segundo turno de votação. A questão já foi levantada, em conversas informais, por integrantes do Centrão que defendem também a supressão de dispositivos como o que limita a jornada ininterrupta de trabalho a um máximo de seis horas e o que concede a licença paternidade.

Antes de apresentar as emendas supressivas para o segundo turno, o Centrão deverá realizar um estudo minucioso de prioridades e indicar os grupos de signatários de cada emenda, evitando a duplicidade de propostas. Segundo o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), embora as conversas ainda sejam muito tímidas, já se pode identificar algumas supressões desejadas pela maioria. Destacou o teto de 12 por cento para os juros bancários, do Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), e a licença paternidade de oito dias,



Luís Eduardo propõe mudar texto

aprovada pelo Plenário em virtude de proposta do Deputado Alceni Guerra (PFL-PR).

Num rápido balanço das matérias

aprovadas por acordo, Luís Eduardo só classificou como passível de supressão o direito de greve. Ele não considera, no entanto, que a eliminação de parte do dispositivo, que passaria a “assegurar o direito de greve, nos termos da lei” chegue a ferir um entendimento.

— Antes de discutirmos esta questão temos que saber quantos foram ouvidos para fazer o acordo. Eu, pessoalmente, votei contra a greve para trabalhadores e funcionários públicos — afirmou.

O Deputado baiano admitiu que vários artigos aprovados, mesmo aqueles que não são de natureza constitucional, vão permanecer na nova Carta em consequência de dificuldades políticas para suprimi-los ou por falta de quorum. Seu maior temor é a evasão dos constituintes no segundo turno, o que daria por aprovado o texto atual.

— O segundo turno depende de uma bela articulação, sob pena de a maior parte das emendas acabarem prejudicadas — concluiu.